

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	<b>XIII</b>
<b>Lista de Abreviaturas e Siglas</b> .....	<b>XVII</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 – Constitucionalismo Contemporâneo e Omissões Inconstitucionais</b> .....	<b>5</b>
1.1 Cidadania, Estado Social e Constitucionalização dos Direitos Sociais .....	5
1.2 Das Omissões Constitucionais às Inconstitucionais .....	15
1.2.1 Lacunas da Constituição .....	18
1.2.2 Omissões inconstitucionais .....	20
1.2.2.1 Omissões inconstitucionais normativas.....	22
1.2.2.2 Omissões inconstitucionais “não normativas” .....	24
<b>Capítulo II – Estado de Coisas Inconstitucional (ECI)</b> .....	<b>27</b>
2.1 A Origem e uma Apresentação do “Estado de Coisas Inconstitucional” ....	27
2.2 A Evolução dos Casos de Declaração de “Estado de Coisas Inconstitucional” na Colômbia.....	32
2.2.1 O primeiro caso: omissão dos municípios em filiar docentes ao Fundo Nacional de Prestações do Magistério .....	32
2.2.2 O caso da ineficiência administrativa para resolver o direito de petição dos aposentados .....	35
2.2.3 O caso do sistema carcerário colombiano.....	37
2.2.4 O caso da não convocação de concurso para notários .....	45
2.2.5 O caso da falta de pagamento de salários de docentes municipais.....	46
2.2.6 O caso dos defensores de direitos humanos.....	47
2.2.7 O caso da mora no pagamento de verbas de aposentadoria .....	48
2.2.8 O caso do deslocamento forçado .....	50

2.3 Experiências do “Estado de Coisas Inconstitucional” em Outro País: Peru.....	56
2.4 Semelhanças e Diferenças na Declaração do ECI Entre Colômbia e Peru.....	62
2.5 Conceito, Pressupostos e Efeitos do “Estado de Coisas Inconstitucional” ...	64
2.5.1 Conceito do “Estado de Coisas Inconstitucional” .....	65
2.5.2 Pressupostos do ECI .....	67
2.5.2.1 “Litígio estrutural” e a necessidade de “remédios estruturais” .....	69
2.5.2.2 Protagonismo/ativismo dialógico ou experimental e o necessário monitoramento .....	74
2.5.3 Efeitos do ECI e suas classificações .....	77
2.5.3.1 Efeito criador.....	78
2.5.3.2 Efeito de desbloqueio institucional e político.....	79
2.5.3.3 Efeito coordenador .....	80
2.5.3.4 Efeito deliberativo.....	81
2.5.3.5 Efeito de políticas públicas .....	83
2.5.3.6 Efeito social .....	84
2.5.4 Roteiro para a declaração do ECI .....	84
<b>Capítulo III – O Estado de Coisas Inconstitucional e a Atuação Judicial na Efetivação de Políticas Públicas: Uma Nova Mirada por Meio do Protagonismo Judicial Estrutural Dialógico .....</b>	<b>87</b>
3.1 Políticas Públicas e Controle Judicial.....	88
3.2 Expansão do Poder Judicial e Judicialização da Política .....	94
3.2.1 Expansão do poder judicial .....	94
3.2.2 Judicialização da política .....	97
3.3 Protagonismo/Ativismo Judicial: Conceitos e Teorias .....	103
3.3.1 Breve histórico norte-americano e conceito de “ativismo judicial” .....	104
3.3.2 Minimalismo judicial e constitucionalismo democrático .....	111
3.3.3 A teoria do constitucionalismo popular .....	114

3.4	Objecções ao Protagonismo/Ativismo Judicial para Efetivação de Políticas Públicas.....	116
3.4.1	A dificuldade contramajoritária.....	116
3.4.2	Da alegada violação ao princípio da separação dos poderes e a crise do sistema representativo .....	118
3.4.3	A objeção em razão da falta de capacidade institucional.....	123
3.4.4	Da reserva do possível, escassez de recursos e preservação do mínimo existencial.....	126
3.5	Supremacia Judicial e Diálogos Institucionais: O “Protagonismo Judicial Estrutural Dialógico” Como Saída Válida em Face do “Ativismo Judicial” Clássico e suas Respectivas Objeções.....	131
3.5.1	Supremacia judicial e a questão da “última palavra” .....	132
3.5.2	Diálogos institucionais.....	139
3.5.3	O ECI e o “protagonismo judicial estrutural dialógico” como superação de objeções e bloqueios políticos e institucionais .....	145
<b>Capítulo 4</b>	<b>– O Estado de Coisas Inconstitucional no Brasil .....</b>	<b>151</b>
4.1	Importação do Conceito do ECI da Corte Constitucional da Colômbia: Viabilidade e Adequação à Realidade Brasileira .....	152
4.2	Instrumentos Processuais para Veiculação do ECI no Brasil .....	156
4.2.1	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) .....	157
4.2.2	Recurso extraordinário com repercussão geral.....	160
4.2.3	Ação Civil Pública .....	162
4.3	O Caso da Declaração do “Estado de Coisas Inconstitucional” para Interferência no Sistema Carcerário Brasileiro .....	163
4.4	Novos Casos Perante o Supremo Tribunal Federal .....	176
4.5	Críticas e Virtudes Quanto à Aplicação do ECI no Brasil.....	181
4.6	Uma Sugestão para a Declaração do “Estado de Coisas Inconstitucional” no Brasil: A Questão da Trans-Homofobia.....	184
4.7	O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 736/2015.....	190
4.7.1	A busca do estabelecimento de balizas pelo Poder Legislativo em relação à atuação do Supremo Tribunal Federal .....	192

4.7.2 O “estado de coisas inconstitucional” conjugado ao “compromisso significativo” como alternativa para efetivação de políticas públicas no Brasil .....	194
<b>Conclusão .....</b>	<b>199</b>
<b>Referências.....</b>	<b>201</b>